

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA
PACTO NACIONAL PELO FORTALECIMENTO DO ENSINO MÉDIO
FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO

JUVENTUDE: UM RETRATO DE DIVERSIDADE, DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Maria Rejane dos Santos Barreto Barbosa.

A partir de leituras que abordam temas como “Juventude, Trabalho e Educação: questões de diversidade e classe das juventudes na Amazônia dos autores Ronaldo Marcos de Lima Araujo e João Paulo da Conceição Alves e “Os jovens, os sentido do trabalho e a escola”, contidos no Caderno II da Formação de Professores do Ensino Médio, faz-se uma intertextualização desses textos e obtém-se uma nova visão da Juventude, em especial a Juventude Amazônida, através do recorte na região e escolha do Estado do Pará, para imprimir o perfil da juventude que representa esse espaço.

Para falar sobre a Juventude Amazônida, especificamente da Juventude do Estado do Pará, a fim de conhecer suas características, é interessante que antes, faça-se uma reflexão sobre o termo “juventude”, para que se possa realmente compreender o significado desse vocábulo e relacioná-lo com juventude amazônida, de modo que evidencie a forma que esse grupo social se apresenta, destacando suas motivações, condições e objetivos.

Com base na etimologia da palavra juventude, evidencia-se que trata-se uma termo de origem latina, “*Juventus*”, proveniente da palavra “*juvenes*”, que também é um vocábulo latino e corresponde aquilo que é “*novo*”, “*recente*”, “*jovem*”.

Ao fazer uma análise etimológica da palavra juventude, identifica-se a necessidade de buscar uma real compreensão do grupo social que atende por juventude, e, isto significa um olhar inclinado para compreender os diversos aspectos que a constituem. Compreender que os jovens apesar de fazer parte do mesmo grupo, possuem peculiaridades que devem ser observadas e levadas em consideração, quando se busca o entendimento do que é juventude.

Pode-se ainda complementar, enfatizando que o entendimento sobre o significado de juventude que Dayrrel apud Araújo tem, em que:

[...] conceitua juventude como ao mesmo tempo, uma condição social e um tipo de representação. De um lado há um caráter universal dado pelas transformações do indivíduo numa determinada faixa etária. De outro, há diferentes construções históricas e sociais relacionadas a esse tempo/ciclo da vida. De forma geral, pode-se dizer que a entrada da juventude se faz pela fase que chamamos de adolescência e é marcada por transformações biológicas, psicológicas e de inserção social.

Quando se fala, nos diversos aspectos que compõem a Juventude, pretende-se mostrar que esse bloco ou grupo não é uno, não é igual, devido a diversidade de situações e contextos que integram a vida de cada jovem. Cada vida e história carrega uma questão religiosa, cultural, social, financeira, filosófica, dentre outras, de modo diferente, acarretando a construção desse espaço tão diverso.

Considera-se que a uniformização corresponde apenas à faixa etária (pessoas de 15 a 29 anos de idade), porém esta faixa etária possui variantes, e essas variantes devem ser observadas, a fim de que se possa pensar e realizar um melhor trabalho frente as dificuldades enfrentadas pela juventude, no tocante ao mercado de trabalho, formação profissional e construção de um futuro promissor.

Cabe desse modo evidenciar a fala de Araújo (2007) quando o mesmo diz:

De uma forma geral as singularidades das juventudes amazônidas relacionam-se com a realidade de uma região periférica de um país de capitalismo periférico, o que impõe, portanto, que os problemas levantados requerem soluções urgentes, que enfrentem aspectos estruturais e também conjunturais da realidade social da região amazônica.

Em relação à juventude amazônida, enfatiza-se que suas singularidades sofrem influências intrínsecas da região, mas também de um modo geral comungam de problemas gerais do Brasil, como desemprego, baixa escolaridade, pouca qualificação profissional, violência e pouca valorização do grupo.

Dentro desse contexto, é importante frisar que a compreensão do que significa juventude, requer um olhar sensível e apurado da realidade dessa faixa etária, dentro do espaço amazônico, a fim da busca da compreensão das suas mazelas, suas motivações, perspectivas, bem como seus objetivos. A partir desse

olhar minucioso, colocando o jovem como sujeito de direitos, os problemas que atingem o jovem podem ser vistos como expressão de necessidades e demandas não atendidas. Isso pode resultar no reconhecimento de um campo de direito desencadeando novas formas e conteúdos de políticas públicas e, principalmente, práticas reconhecendo a juventude nas suas potencialidades e possibilidades e, não apenas, a partir de seus problemas. São estas imagens alternativas ao “jovem problema” que precisam ser construídas se queremos, de fato, conhecer nossos estudantes. Se nos apegarmos a “modelos” negativos socialmente construídos, correremos o risco de produzir imagens em negativo de nossos jovens, considerando-os difíceis, problemáticos e violentos, não reconhecendo que os jovens são a maior parcela da população que carregam as maiores mazelas do país: baixa escolaridade, desemprego, violência e desigualdade social.

Para alguns jovens, o período da juventude é um tempo de preparação e as primeiras experiências com o mundo do trabalho se dão por meio de estágios e cursos de formação profissional, podendo inserir-se no mercado de trabalho mais tardiamente. Por outro lado, para a maioria da juventude, a inserção imediata e precoce no mercado de trabalho é a única alternativa, pois precisam trabalhar para garantir sua própria sobrevivência e o sustento da família. Podemos dizer que os jovens se inserem no mundo do trabalho por caminhos e motivos diversos, dando-lhe diferentes significados. O trabalho é considerado fonte de sobrevivência e geração de renda, espaço de socialização e sociabilidade, de construção de identidades e valores. *Ele adquire “centralidade no imaginário juvenil” seja como um valor moral, como estratégia de independência pessoal, como autorrealização para os mais escolarizados ou como um direito para os outros. (CORROCHANO, 2001).* Percebe-se que devemos ser atenciosos no que se refere aos diversos sentidos que o trabalho pode ter para os jovens.

A educação tem papel fundamental na preparação do jovem para inserção no mundo do trabalho, assim, preceitua o artigo 205 da atual Constituição Federal que diz:

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo

para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Dessa forma, a escola tem como um de seus deveres a preparação do aluno para o trabalho e exercício da cidadania, acontece que é muito comum percebermos os jovens em uma sala de aula apenas como estudante, principalmente os adolescentes, é sabido que os adolescentes não tem permissão constitucional para o trabalho, a não ser na condição de jovem aprendiz, faixa etária a partir dos quatorze anos. Entretanto quando consideramos a realidade brasileira, muitas crianças e adolescentes iniciam o trabalho precocemente. Assim, a escola tanto tem como função precípua a preparação para um trabalho futuro, como também a reflexão e debate em torno da própria situação presente de seus alunos, uma vez que muitos já estão inseridos no mercado de trabalho, muitas vezes em condições precárias, tendo começado inclusive antes da idade permitida pela legislação, não estamos aqui descaracterizando a importância do trabalho, mas evidenciando o papel fundamental da escola perante a problemática dos seus alunos.

Vejamos o que diz a Lei de Diretrizes e Bases da Educação- LDB 9.394/96 em seu artigo 22:

“A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”.

A instituição escolar precisa compreender o seu papel diante do jovem e do mundo do trabalho, tendo em vista que o ensino médio é o último nível de escolarização da educação básica que tem a finalidade de aprofundar os conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitar o prosseguimento de estudos, garantir a preparação básica para o trabalho e a cidadania e dotar o educando dos instrumentos que lhe permitam continuar aprendendo.

Assim, deveria ser a função da educação, mas partindo para nossa realidade atual, nos deparamos com a função indefinida, pois a escola não está formando o jovem para o trabalho nem lhe proporcionando formação humana integral, infelizmente, não dispomos de mecanismos que garanta a aplicabilidade da lei e a educação pública, em especial o ensino médio, está muito distante de formar

cidadãos críticos, conscientes de seu papel na sociedade e habilitados para o mundo do trabalho.

Na última década dos anos 2000, o governo em suas duas instâncias e a sociedade civil têm iniciado várias propostas para a melhoria da educação, em especial o ensino médio, estão sendo viabilizados: a proposta do Programa Ensino Médio Inovador (2009), o Projeto Jovem de Futuro (2011), o Pacto pela Educação, formulado pelo governo estadual do Pará (2013) e mais recentemente o Pacto Nacional de Fortalecimento do Ensino Médio (2013), que somados visam provocar modificações no ensino médio brasileiro, ao propor ações concretas para a formação dos professores e a elaboração de projetos de redesenho curricular que atendam as atuais necessidades das escolas, do corpo discente, docente e da própria sociedade.

Constatamos que apesar dos avanços legais na garantia de direitos para adolescentes e jovens, evidenciados no Estatuto da Criança e Adolescente Lei 8.069/90 e do Estatuto da Juventude Lei 12.852/2013, é preciso reconhecer que ainda há muito a fazer no campo das políticas públicas direcionadas à juventude. Portanto, é importante frisar que é necessária à implementação de Políticas Públicas direcionadas aos jovens cujo fundamento deve está pautado na garantia dos direitos sociais básicos: educação, saúde, moradia, lazer, segurança, trabalho, cidadania, participação política, social e representatividade juvenil, garantindo-lhes uma vida social plena para que de fato se sintam sujeitos de direitos, e a escola enquanto instituição de função social, deve propor atividades pedagógicas que possibilitem situações de aprendizagem variadas e significativas, conduzindo os jovens, alunos do ensino médio, ao reconhecimento de suas habilidades e potencialidades.